

Milhões em Consultorias, Poucas Soluções: Quem Está a Pensar a Mobilidade Urbana de Maputo?

●Ministério dos Transportes e Logística anunciou, esta semana, a adjudicação de vários contratos de consultoria no âmbito do Projecto de Mobilidade Urbana na Área Metropolitana de Maputo (MOVE Maputo). Rios de dinheiro gastos em questionáveis serviços de consultoria.



Trata-se, fundamentalmente, de quatro contratos no valor de mais de 4 milhões de dólares para a prestação de serviços de consultoria, incluindo planeamento, aconselhamento técnico e produção de documentos estratégicos.

Entre os contratos destaca-se um de 1.321.894,80 euros (cerca de 97,46 milhões de meticaís)¹, atribuído ao consórcio JV UNeed.IT S.r.l., A.R.S. Progetti S.P.A., Panteia B.V. e ARS4Pro, para desenvolver e implementar o Programa de Jovens Profissionais para o sector de mobilidade em Maputo. Outro contrato, no valor de 2.440.641,25 dólares (equivalentes a 155,6 milhões de meticaís), foi adjudicado ao consórcio

JV Project Planning & Management Ltd e Urban Mass Transit Company Ltd para prestar assistência técnica à implementação do projecto.

A empresa SYSTRA foi contratada por 437.500 dólares (cerca de 27,9 milhões de meticaís) para elaborar o Plano Director de Mobilidade Activa na Área Metropolitana do Grande Maputo, enquanto a Ernst & Young ficou responsável pela estratégia de comunicação e engajamento do cidadão, num contrato avaliado em 9.217.793,90 meticaís.

Embora os procedimentos tenham sido apresentados como conformes ao Regulamento de Contratação Pública aprovado pelo De-

¹ Estimativa baseada no câmbio de 73,73 MZN/EUR e 63,77 MZN/USD do Banco de Moçambique (10/03/2026).

creto n.º 79/2022, a legalidade formal das adjudicações não esgota o debate sobre a racionalidade económica e a economicidade do gasto público: se os recursos estão a ser utilizados da forma mais eficiente e prioritária

possível para resolver os problemas que justificam o investimento.

Num contexto em que Maputo enfrenta problemas evidentes de mobilidade (transporte público precário, congestionamento

crescente e fraca infraestrutura para peões e ciclistas) é legítimo questionar se faz sentido canalizar montantes tão elevados para consultorias cujos resultados se traduzem, sobretudo, em relatórios e planos.

Muito dinheiro para resultados pouco visíveis

Embora tenham tido maior visibilidade, os quatro contratos representam apenas uma parte de um conjunto mais amplo de consultorias adjudicadas no âmbito do projecto MOVE Maputo, muitas das quais também suscitam dúvidas quanto à sua racionalidade económica.

Com orçamento de 250 milhões de dólares, o MOVE Maputo é financiado pelo Banco Mundial, na modalidade de doação à República de Moçambique. Com duração prevista de cinco anos (2023-2027), o programa é implementado (no papel) pela Agência Metropolitana dos Transportes (AMT) e abrange o Município de Maputo, a Cidade da Matola, a Vila de Boane e o Distrito de Marracuene. O objectivo central é melhorar a mobilidade e a acessibilidade ao longo de corredores seleccionados da região metropolitana, através de investimentos em infraestruturas de transporte urbano, reorganização do sistema de transporte público e reforço institucional da gestão da mobilidade.

Dada a sua natureza, o projecto é assente em consultorias. Uma consulta rápida na página do Banco Mundial sobre o projecto dá indicação da existência de pelo menos setenta contratos adjudicados até 2025², incluindo consultores individuais, estudos, auditorias, assistência técnica e apoio institucional.

Alguns exemplos incluem contratos como USD 755.900,00 (mais de 48,2 milhões de meticaís) para o programa de profissionalização do paratransporte (2025), USD 569.951,73 (36,35 milhões de meticaís) para inquéritos de monitoria do desempenho do projecto e USD 505.213,57 (mais de 32,2

milhões de meticaís) para um plano de prevenção e resposta à violência baseada no género.³ A estes somam-se várias consultorias intermédias, como USD 199.427,59 (cerca de 12,7 milhões de meticaís) para supervisão da estratégia da AMT, USD 150.000,00 (9,6 milhões de meticaís) para um estudo sobre participação privada no transporte público e USD 46.188,80 (2,95 milhões de meticaís) para auditoria ao fiasco do sistema de bilhética electrónica Famba (este foi adjudicado à Ernst & Young que agora tem a missão de elaborar uma grande estratégia de comunicação de mais de 9 milhões de meticaís).

Acresce ainda um número elevado de especialistas individuais com contratos entre USD 120.000 (cerca de 7,6 milhões de meticaís) e USD 288.000 (mais de 18,3 milhões de meticaís). A lista inclui especialistas em comunicação, engajamento comunitário, salvaguardas sociais e ambientais, violência baseada no género e engenheiros, além de múltiplos consultores juniores com contratos entre USD 24.000 (1,53 milhões de meticaís) e USD 76.800 (4,9 milhões de meticaís). Seria interessante saber quem são estes “Consultores Individuais” que tanto são mencionados na base de dados do projecto.

É evidente que, num projecto desta dimensão e complexidade técnica, é legítimo que a unidade de implementação recorra a consultores especializados para apoiar diferentes componentes da intervenção. No entanto, a legitimidade do recurso a consultores não dispensa a aplicação rigorosa de critérios de eficiência e economicidade na utilização dos recursos disponíveis. Em projectos finan-

ciados com fundos públicos ou com recursos de parceiros multilaterais, cada contratação deve demonstrar claramente o valor acrescentado que traz para a concretização dos objectivos do programa no terreno.

É precisamente neste ponto que surgem algumas dúvidas legítimas. Qual é o custo de oportunidade em termos de investimento directo em infra-estrutura e melhoria do serviço de transporte público dos mais de 9 milhões de meticaís alocados para a elaboração de um documento de estratégia de comunicação? E de mais de 437.500 dólares (cerca de 27,9 milhões de meticaís) destinados à elaboração de um plano director? Num contexto em que persistem constrangimentos básicos de mobilidade urbana, recursos desta magnitude poderiam igualmente financiar intervenções concretas no terreno, como melhorias operacionais no sistema de transporte, reforço da frota ou requalificação de infra-estruturas críticas. Isto não faz nenhum sentido! Afinal, que princípios de gestão têm norteado as decisões da unidade de implementação do projecto?

Em última análise, a questão central não é se o projecto deve ou não contratar consultores. A questão é se o volume, o custo e a natureza dessas consultorias estão alinhados com o princípio da boa gestão do dinheiro público e com a urgência de melhorar, de forma visível e tangível, a mobilidade urbana na região metropolitana de Maputo. Caso contrário, corre-se o risco de assistir a um fenómeno já conhecido em vários sectores da administração pública: muito planeamento, muitos relatórios e pouca mudança perceptível na vida dos cidadãos.

Um ministério a fazer o trabalho do município?

Há também uma questão institucional relevante. Os concursos estão a ser lançados pelo Ministério dos Transportes e Logística, uma entidade de âmbito nacional, para intervenções que dizem respeito essencialmente à mobilidade urbana da Cidade de Maputo. No entanto, de acordo com a própria página do Banco Mundial, a agência implementadora do

projecto é a Agência Metropolitana dos Transportes de Maputo (AMT). Em teoria, seria esta entidade metropolitana a liderar a implementação técnica e institucional do programa.

Em muitos países, políticas de mobilidade urbana são conduzidas principalmente pelas autoridades municipais ou metropolitanas, que conhecem melhor os desafios locais e

são responsáveis pela gestão quotidiana do espaço urbano.

Neste caso, fica a dúvida:

Qual é exactamente o papel da AMT e do Município de Maputo neste processo?

E até que ponto o governo central está a reforçar ou a substituir a governação municipal?

² Estes contratos também deveriam estar publicados na página do MOVE Maputo (<https://movemaputo.gov.mz/>), que também gastou rios de dinheiro para a sua operacionalização, mas a secção de “Concursos” do site limita-se a apresentar um “loading” infinito, sem qualquer informação acessível ao público.

³ Tem também os 3 milhões de dólares adjudicados para a realização de um estudo de viabilidade do projecto de mobilidade urbana do Bus Rapid Transit (BRT). Leia mais: https://opais.co.mz/estudo-de-viabilidade-do-brt-vai-custar-cerca-de-tres-milhoes-de-dolares/?fbclid=IwY2xjawQcgJBleHRuA2FlbQl-xMQBzcnRjBmFwcF9pZBAyMjIwMzksNzg4MjAwODkyAAEci0erTFIjzGmDzDWzVkzUAadac5fEX-QcwUdnrBQS1oVmlPPiE8VhyPDZaQ_aem_fiCQ3GQaiQiHRf0-Yisb4A


 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E LOGÍSTICA
 Projecto de Mobilidade Urbana na Área Metropolitana de Maputo

Anúncio de Adjudicação

Nos termos do nº 2 do Art. 66, do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto nº 79/2022 de 30 de Dezembro, comunica-se a adjudicação do objecto dos concursos abaixo mencionados:

Nº do Concurso	Modalidade	Objecto do Concurso	Adjudicatário	Valor
04/CONS/MMAUMP/22	Concurso Público	Serviços de Consultoria para Desenvolver e Implementar o Programa de Jovens Profissionais para o Sector de Mobilidade em Maputo	JV UNNeed IT S.r.l. & A.R.S. Progetti S.P.A. & Pantria B.V. & ARS4Pro	EUR 1.321.894,80
90/CONS/MMAUMP/24	Concurso Público	Serviços de Consultoria para a Prestação de Assistência Técnica à Implementação do Projecto	JV Project Planning & Management Ltd & Urban Mass Transit Company Ltd	USD 2.440.641,25
MZ-MTC-302024-CS-QCBS	Concurso Público	Consultoria para a Elaboração do Plano Director Para a Mobilidade Activa na Área Metropolitana do Grande Maputo	SYSTRA – Société A. e Directoire et Conseil de Surveillance	USD 437.500,00
93/CONS/MMAUMP/25	Concurso Público	Consultoria para Desenvolvimento da Estratégia de Comunicação para o Engajamento do Cidadão para o Projecto de Mobilidade Urbana na Área Metropolitana de Maputo	Ernest & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, S.A.	9.217.793,90 MZN

Project Details			
Project ID	Status	Team Leader	Borrower ²
P175322	Active	Emmanuel Taban , Alphonse Soh	Republic of Mozambique
Country	Disclosure Date	Approval Date	Effective Date
Mozambique	April 16, 2021	(as of board presentation) August 23, 2022	December 8, 2022
Total Project Cost ¹	Implementing Agency	Region	Fiscal Year ³
US\$ 250.00 million	Maputo Metropolitan Transport Agency (AMT)	Eastern and Southern Africa	2023
Commitment Amount	Environmental Category	Environmental and Social Risk	Closing Date
US\$ 250.00 million	N/A	High	December 31, 2027
Consultant Services required	Last Stage Reached	Last Update Date	
Yes	Bank Approved	December 13, 2023	
Notes ^v			

O verdadeiro desafio

A mobilidade urbana de Maputo não será resolvida apenas com planos e relatórios. O verdadeiro desafio passa por fortalecer as instituições responsáveis pela gestão urbana, desenvolver capacidade técnica local e assegurar que os recursos públicos são investidos em soluções que tenham impacto real na vida dos cidadãos.

Caso contrário, corremos o risco de assistir a um cenário já conhecido: milhões gastos em consultorias enquanto os ci-

dadãos continuam presos no mesmo trânsito, nos mesmos chapas sobrelotados e nas mesmas ruas sem condições para circular.

É que Moçambique tem enfrentado há anos um problema recorrente: quando surgem dificuldades na gestão pública, a resposta muitas vezes passa pela criação de novos programas, projectos, novas estruturas ou novas consultorias.

No papel, parece que se está a avançar. Na prática, os problemas tendem a per-

sistir.⁴

No caso da mobilidade urbana em Maputo, os desafios são bem conhecidos: transporte público desorganizado, congestionamento crescente, fraca integração entre modos de transporte e infraestrutura urbana insuficiente.

Mais do que multiplicar estudos e estratégias, o país precisa de decisões políticas claras, capacidade de implementação e investimento em soluções concretas.

⁴ No caso do projecto MOVE Maputo, a matriz de resultados do projecto acessível na página do Banco Mundial mostra uma estagnação preocupante em termos de resultados de impacto, principalmente porque estamos a menos de 2 anos do fim do projecto.



MISSÃO

*Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos,
fortalecer a democracia e promover a justiça.*

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO